



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640120 - SP (2021/0013192-0)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : RAUL DOS SANTOS PINTO MADEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : RAUL DOS SANTOS PINTO MADEIRA - SP318890
MARCELO AUGUSTO SILVA GALVÃO - SP311312
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABIO DA SILVA HONORATO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABIO DA SILVA HONORATO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2277060-36.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 24.06.2020, pela suposta prática do delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta haver excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que o paciente se encontra preso há mais de 7 meses, sem que tenha sido encerrada a instrução criminal.

Argumenta, ainda, que a vedação à concessão de liberdade provisória aos acusados pelo delito de tráfico de entorpecentes, prevista no art. 44 da Lei n. 11.343/2006, teria sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Requer, liminarmente, que seja revogada a prisão preventiva, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Do acórdão combatido extrai-se (e-STJ fls. 82-85):

[...]

No que respeita ao período de tramitação do feito, não há se falar em excesso de prazo na manutenção da prisão cautelar do paciente, pois em nenhum momento, durante o desenrolar do processo, o juízo monocrático deu causa a qualquer atraso, dando regular seguimento aos trâmites processuais.

Segundo informes da autoridade judicial:

“Oportuno observar ainda que a pauta de audiências deste Juízo, já assoberbada em tempos normais, uma vez que se trata

de Vara que acumula competência para feitos da área criminal, execução criminal, júri, infância e juventude cível e infracional, o foi ainda mais pelos ajustes impostos pelas medidas preventivas à disseminação da pandemia do covid-19, motivo pelo qual não restou outra data para a realização da audiência de interrogatório, instrução, debates e julgamento, senão aquela já mencionada acima, sem que naturalmente seja afastada a possibilidade de eventual antecipação, na hipótese de vir a haver horário disponível.”

Logo, o que se vislumbra na hipótese são percalços inevitáveis no que tange à tramitação do feito, não se podendo afirmar que eventual demora decorra de inércia do Poder Judiciário ou mesmo de conduta injustificada do representante do Ministério Público.

Dessa forma, não se percebe por parte do Juízo impetrado qualquer desídia na condução do processo que importe em constrangimento ilegal por demora na conclusão da instrução criminal, até porque é de ser admitido que a tramitação do feito esteja correndo em prazo que se afigura, ao menos por ora, razoável.

[...]

Ademais, o princípio da razoabilidade se amolda perfeitamente ao caso presente, no qual, de um exame superficial dos autos é suficiente para a percepção de que suposta demora no trâmite processual decorre de circunstâncias peculiares da causa, e não do descaso ou desídia do Magistrado de primeiro grau. Segundo referido princípio, que por óbvio não estabelece prazo peremptório algum, deve-se atentar aos fatos ensejadores da demora e não apenas ao atraso ocorrido, para averiguar se o prolongamento da lide é aceitável ou não. Tão somente no caso de a resposta ser negativa, isto é, restando configurada a desídia do Juiz, é que será reconhecida a ocorrência do constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, o que não se vislumbra na hipótese vertente nos autos.

Assim, não há que se falar em relaxamento da prisão preventiva em face do excesso de prazo e não é demais ressaltar que o paciente está sendo acusado da prática de tráfico de entorpecentes, delito punido com pena máxima, em abstrato, que ultrapassa o patamar de quatro anos referido pelo artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência